Trabalho de Conclusão de Curso

Licenciatura em Ciências Naturais

A prática pedagógica no curso de Licenciatura em Ciências Naturais: uma análise do Projeto Político Pedagógico e da percepção dos estudantes

Aline Criçula Bocki

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Lourdes Lazzari de Freitas

Coorientadora: Profa. Dra. Cynthia Bisinoto E. de Oliveira

Universidade de Brasília

Faculdade UnB Planaltina

Fevereiro de 2013

A meus pais, a minha irmã, a meu futuro marido, que me incentivaram durante sua realização. E a meus cães, em especial, a Olívia por tornar-me *“humana”*.

AGRADECIMENTOS

A Deus em sua Santíssima Trindade: Pai, Filho e Espírito Santo. A Nossa Senhora, Mãe Bem Aventurada que me deu forças.

Aos meus exemplos, minha querida e amada família Aldeyse, Adelino e Victória que como todo amor, carinho e apoio fizeram de mim o que sou hoje.

Ao Pai de meus futuros filhos, meu noivo Charles que numa mistura de "insensatez" e "lucidez" me motivou e ensinou a viver as coisas simples da vida, me fez amadurecer e rir diante dos problemas.

Às minhas orientadoras Profa. Dra. Maria de Lourdes Lazzari de Freitas e Profa. Dra. Cynthia Bisinoto Evangelista Oliveira pela paciência, incentivo, dedicação, amizade, sabedoria, alegria e trabalho em equipe; essenciais à realização da pesquisa e da "pesquisadora".

Ao Prof. Dr. Rodrigo Santucci que gentilmente cedeu alguns "minutos" de sua aula de "Paleontologia" para o desenvolvimento da pesquisa.

A Profa. Dra. Jeane Cristina Rotta, atual coordenadora do PRODOCÊNCIA pelo apoio e esclarecimentos prestados. E aos professores que estão e aos que passaram pelo projeto; que com coragem e dedicação acreditaram e deram aos licenciandos de Ciências Naturais da Faculdade UnB Planaltina a oportunidade ímpar de atuar e participar do processo educativo nas escolas públicas de Planaltina.

A Miguel Vieira, aos demais colegas e grandes amigos de curso, que me ensinaram muito ao participarem desta pesquisa.

“Aprender? Certamente, mas, primeiro, viver e aprender pela vida, na vida”.

John Dewey

A prática pedagógica no curso de Licenciatura em Ciências Naturais: uma análise do Projeto Político Pedagógico e da percepção dos estudantes

The pedagogical practice in the Bachelor's Degree in Natural Sciences: an analysis of Project Political and perception of students

Aline Criçula Bocki

RESUMO: É frequente encontrar na literatura debates sobre a prática pedagógica, entretanto é ela pouco compreendida nas licenciaturas, sendo equivocadamente associada ao exercício docente. Desenvolvida nos anos de 2011 e 2012, esta pesquisa tem com o objetivo identificar as percepções de licenciandos do curso de Ciências Naturais da Universidade de Brasília acerca da prática pedagógica e analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso, a fim de contribuir para futuras discussões e reformulações do curso.

Palavras- chave: Formação docente, Prática pedagógica, Ciências Naturais, Projeto Político Pedagógico.

ABSTRACT: We often find in literature debates about the pedagogical practice, however it is poorly understood in degrees, being mistakenly associated with the teaching exercise. Developed in the years 2011 and 2012, this research has aimed to identify the perceptions of undergraduate course in Natural Sciences from the University of Brasilia on the pedagogical practice and analyze the Political Project (PPP) of the course in order to contribute to future discussions and reformulations of the course.

Keywords: Initial Teacher training, Pedagogical practice, Natural Sciences, Political Pedagogical Project.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Hobsbawm (1995), desde a expansão das oportunidades de escolarização em 1940, um dos assuntos mais discutidos mundialmente é a qualidade de educação. Muito já foi escrito pelos autores Zabalza (1998), Machado (2001), Alevato (1999) e Dourado (2005), *apud* OLIVEIRA & REIS (2007). São também inúmeros indicadores, nacionais e internacionais, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), respectivamente, que mostram o desempenho da educação. Dados do IDEB (2012), por exemplo, revelam que a qualidade do ensino oferecido em nossas escolas públicas teve um avanço significativo de 71,1% no ensino fundamental e de 57,9% no ensino médio, sendo que estes valores colocam o Brasil, na penúltima posição do ranking do PISA (2012).

Segundo Pimenta (2005), a formação de professores é a principal diagnosticadora da qualidade de ensino oferecido nas escolas. De acordo com Nóvoa (2007), "[...] excessivamente teórica, outras vezes excessivamente metodológica, há um déficit de práticas, de refletir, de trabalhar [...] de saber como fazer [...]"(p. 14).

Pensar em educação de qualidade é pensar na complexidade; nos "[...] recursos materiais e humanos [...] na escola e na sala de aula [...] nos processos ensino aprendizagem, nos currículos, nas expectativas de aprendizagem [...]; no desempenho do aluno" (UNESCO 2003, p.12); é pensar na prática pedagógica.

Muito se discute na literatura sobre a prática pedagógica, entretanto, pouco se tem compreendido, seja na formação inicial ou na continuada, acerca da sua contribuição ao país, estritamente ligada à história da Educação e a "regulamentação" da profissão docente, pela Legislação (PARECERES, RESOLUÇÕES, DIRETRIZES CURRICULARES). A prática pedagógica ora é entendida como "exercício do magistério" ora como "atividade volitiva" ou "competências profissionais" pelos cursos de graduação que a cumprem equivocadamente, pelas inúmeras resoluções, particularmente a Resolução CNE/CP 1/2002. Tendo-a como base e seguindo a metodologia qualitativa, esta pesquisa desenvolvida nos anos de 2011 e 2012, na Universidade de Brasília, tem como objetivo identificar a percepção dos licenciandos do curso de Ciências Naturais da Universidade de Brasília acerca da prática pedagógica e analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso, a fim de contribuir para futuras discussões e reformulações no curso.

A HISTÓRIA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

A literatura apresenta muitos debates sobre a prática pedagógica nas últimas décadas, cada vez mais esse tema recebe destaque nas discussões promovidas por especialistas da educação (ALBUQUERQUE, 2008; DIAS, 2010; SOUZA 2010). A prática pedagógica, como qualquer outra atividade, necessita de estudos sucessivos, de pesquisas, de embasamento e de renovação para que o profissional do ensino cause mudanças sociais através do seu trabalho. Mas o que é prática pedagógica? (SOUZA, 2010).

De acordo com Neto e Maciel (2009), prática pedagógica é toda ação executada pelo professor com finalidade de promover o aprendizado dos alunos; são todos procedimentos intencionais, formulados pelo professor antes das aulas. Azzi (1994) entende por prática pedagógica a expressão do saber pedagógico, saber que o professor constrói no cotidiano de seu trabalho, através da fundamentação de sua ação. É o saber que possibilita o professor interagir com seus alunos na sala de aula.

Já Veiga (1992) e Silva (1994) a conceituam como integrante das relações sociais, orientada por objetivos, conhecimentos e finalidades que ultrapassam os limites da esfera escolar. Para Leal (2004), a prática pedagógica é uma das categorias fundamentais da atividade humana, é uma questão rica em valores e significados essenciais ao conhecimento composta por atividades desenvolvidas rotineiramente no cenário escolar, sempre em um movimento de trocas entre professor, alunos e conteúdos de ensino (PAVÃO & GOMES, 2010).

Contudo, a discussão dos pesquisadores não atinge as necessidades da escola e dos professores; são poucos que realmente se sentem seguros e conscientes do significado da prática pedagógica para o desenvolvimento do trabalho docente (TELES, & IBIAPINA, 2010). Para entendê-la, Souza (2004) elucida que é necessária a utilização da totalidade das características da sociedade, dos aspectos da formação socioeconômica brasileira, das relações de produção, das classes sociais e da cultura. Visto que ela se “confunde com a história da educação brasileira, com as [...] feições assumidas por cada época” (SILVA, 2011, p. 16).

De maneira geral, a prática pedagógica se confunde com a formação doutrinal cristã, com o despreparo didático, com a transmissão de conhecimentos, com o sistema 3+1, com as licenciaturas curtas, com o movimento de profissionalização da educação; e com o cumprimento equivocado da legislação e programas institucionais. Por essas razões, não há como analisar o desenvolvimento das práticas pedagógicas sem resgatar

a luta para transformar o sistema de ensino brasileiro em um instrumento a favor da cidadania (SILVA, 2011).

Para Tanuri (2000) e Saviani (2009) estas feições iniciaram-se no século XVII, com Jan Amos Comenius, primeiro educador ocidental, que já preconizava a formação docente e a fundamentação necessária para mediar a relação entre o professor e o aluno. Entretanto, em termos institucionais, a necessidade de formação professores só foi considerada necessária após a revolução francesa, quando o nível de instrução da população foi colocado em xeque. Entra em vigor a preparação dos profissionais da área, desenvolvida pelas Escolas Normais.

A primeira Escola Normal foi criada em 1794 e instituída um ano depois pela Convenção de Paris. Chegou ao Brasil em 1822 e em outros países como Alemanha, Inglaterra, EUA. No Brasil, após a independência e a partir da ideia de instrução da população foi identificada a necessidade de formar professores para atender a demanda da educação.

Apartir daí a formação de professores para a educação brasileira passou por uma série de reformas que vão desde os colégios de educação jesuítica ligados diretamente à formação doutrinal cristã até os primeiros cursos superiores implementados por Dom João VI, em 1808. Naquela época, ainda não havia preocupação explícita com a formação do profissional da educação, até a promulgação da Lei das Primeiras Letras, em 1834:

> Para as escolas do ensino mútuo se aplicarão os edifícios, que couberem com a suficiência nos lugares delas, arranjando-se com os utensílios necessários à custa da Fazenda Pública e os Professores que não tiverem a necessária instrução deste ensino, irão instruir-se em curto prazo e à custa dos seus ordenados nas escolas das capitais. (BRASIL, 1878)

Para Saviani (2009), este trecho evidencia claramente “a exigência de preparo didático, embora não se faça referência propriamente a questão pedagógica” (p.144).

Como conseqüência desta lei surgiram a partir de 1835, seguindo os moldes europeus, as primeiras Escolas Normais brasileiras, em Niterói no Rio de Janeiro, no Distrito Federal e em mais 15 estados. Visando a formação pautada na aptidão profissional de se transmitir aos alunos o ensino das operações matemáticas e da língua nacional, a formação normalista foi ineficiente, tanto que Couto Ferraz, presidente da província do Rio de Janeiro mandou fechar e reformular a Escola Nova de Niterói e adequar a prática docente através da inserção de matérias práticas e pedagógicas nos

cursos de licenciatura. Nesta mesma linha, no ano de 1890 o estado de São Paulo propôs uma reforma em sua instituição, partindo do princípio de que “sem professores bem preparados, nas mais modernas práticas pedagógicas, o ensino não é eficaz” (BRASIL, 1890). Entretanto, a nova proposta não conseguiu valorizar a prática pedagógica pensava-se muito nos conteúdos a serem transmitidos.

Foi por meio do decreto 3.810/32 que Anísio Teixeira estabeleceu novos moldes para o ensino formativo dos professores, incluindo nos currículos disciplinas introdutórias de ensino, como Biologia, Sociologia, Psicologia, História da Educação, Cálculo, Leitura e Linguagem, Estudos Sociais e Ciências Naturais, Prática de Ensino voltada para a observação, experimentação e participação transformando as antigas escolas normais em escolas de professores.

Segundo Nunes (2001), a discussão da prática pedagógica iniciou-se legitimamente nas décadas de 80 e 90, junto aos saberes docentes; pelo movimento de profissionalização da educação, um movimento internacional de caráter político que propôs reformas na formação e nas instituições educativas, resgatando o papel social do professor.

Entretanto, de acordo com Silva (2010), as pesquisas sobre a prática pedagógica realizadas neste período não tinham o intuito de explicitá-la e ou valorizá-la como forma válida ou legítima de saber.

O movimento de profissionalização trouxe a mudança paradigmática do exercício do magistério, que deixou de ser considerado como vocação, “a cargo daqueles que tivessem maior afinidade”, para “profissão”. Esta mudança só foi possível graças a instauração de “alguns documentos e atos normativos que determinam o quadro oficial da nova lógica dessa formação” (SCHEIBE, 2004), conforme apresentado a seguir:

- Lei nº 9.394/1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);

- Resolução CNE/CP 02/1997 – Dispõe sobre os programas especiais de formação de docentes para as disciplinas do currículo do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação Profissional em nível Médio;

- Parecer CNE/CP 028/2001 – Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;

- Resolução CNE/CP 1/2002 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;

- Resolução CNE/CP 2/2002 – Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

Assim, "o significado de prática pedagógica mudou, passando de uma mera ação produzida na experiência prática no exercício do magistério, para produção específica e especializada definida como atividade volitiva e consciente que requer formação de saberes, capacidades, habilidades e competências docentes" (TELES & IBIAPINA, 2010. p.3).

A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS NATURAIS

O que é ser professor? O que é Ciências Naturais? Quem é o professor de Ciências Naturais? De acordo com o Art. 61 e 62 da LDB, entende-se por professor, todo profissional da educação escolar básica, em exercício efetivo da função, formado em curso reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC). Admite-se formação em nível médio, na modalidade Normal, somente para docentes da educação infantil e primeiras séries do ensino fundamental, enquanto admite-se para atuação no ensino fundamental e médio o diplomado em pedagogia ou curso técnico ou superior em área pedagógica ou curso de licenciatura plena expedidos por universidades e institutos superiores de educação ou em curso de magistério oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Entende-se por Ciências Naturais do latim ciência *"scientia"* conhecimento, estudo; natureza "*natura*, "*naturae"* universo; o estudo da natureza; da origem das coisas, dos processos físicos, químicos, biológicos e geológicos. Logo, o professor de ciências é o profissional que trabalha com a realidade a luz do método científico; expondo e aprensentado ao aluno todo que está a sua volta. Logo, o professor de ciências é o profissional que trabalha com a realidade à luz do método científico, expondo e aprensentado ao aluno tudo que está a sua volta.

Dados de Magalhães Júnior e Pietrecola (2011) e de outros pesquisadores indicam que atualmente, o professor de ciências é profissional formado em Biologia, Matemática, Química e Física que atua na Educação Básica. Apesar da existência do curso, o diplomado em Ciências Naturais é pouco reconhecido e valorizado.

Segundo Krasilchik (1987), o ensino de4 ciências é recente no sistema educacional brasileiro, incluído como disciplina obrigatória nos currículos das escolas de ensino fundamental pela LDB de 1961. Pela carência de professores de Ciências Naturais a referida carência passou ser suprida por docentes da área de Ciências Biológicas.

Para amenizar o problema o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou o Parecer 30/74 criando os cursos de Licenciatura Curta para formação de professores de ciências, aptos a ministrar a disciplina de Ciências no Ensino Fundamental. Nessa época, sugiram vários cursos de nível superior de licenciatura curta por todo o país, e um de seus moldes mais conhecidos foi a Licenciatura em Ciências 3 + 1.

Por outro lado, a LDB nº 5.692/71 havia definido que o profissional seria remunerado pelo seu nível de formação e não pelo nível de atuação, fator que gerou uma grande procura pelos cursos de Licenciatura Plena com habilitação em Biologia, Matemática, Física, ou Química.

De acordo com Krasilchik (1987) os cursos em questão não preparavam bons professores nem para o ensino fundamental, nem para o ensino médio, devido ao aligeiramento profissional. Ademais, ao buscar a plenificação para a melhoria do salário, ocorreu uma saída de professores do ensino fundamental para atuarem no ensino médio. Identificou-se, mais uma vez, uma carência de professores com formação específica na área para assumir a disciplina de ciências, de maneira que professores de biologia e também de química e de física passaram a ministrá-la.

Magalhães Júnior e Pietrocola (2011) esclarecem ainda que foi com a LDB 9.394/96 os cursos de Licenciatura Curta são extintos, vigorando os cursos de Licenciatura Plena, deixando neste contexto a inexistência da formação de professores de ciências para o ensino fundamental. Apenas em 2005 a Universidade de São Paulo-USP/Leste oferta o Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza para o ensino fundamental, séries finais. Posteriormente, outras passaram a ofertar o curso, como a Universidade Federal da Bahia - UFBA, a Universidade de Brasília – UnB/FUP.

A FACULDADE UnB PLANALTINA E O CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS NATURAIS

A Faculdade UnB Planaltina, situada na cidade de Planaltina/DF, foi criada em maio de 2006 e oferece, atualmente, 4 cursos presenciais de graduação: Bacharelados

em Gestão em Agronegócio e em Gestão Ambiental, e as Licenciaturas em Ciências Naturais e em Educação do Campo.

O Curso de Licenciatura em Ciências Naturais oferta 80 vagas a cada semestre (diurno e noturno), com duração média de 4 anos, possui 3065 horas ou 204 créditos, sendo 145 créditos referentes a disciplinas obrigatórias, 46 créditos a disciplinas optativas e 14 créditos de atividades acadêmico-científico-culturais.

As disciplinas pedagógicas que compõem o currículo são: Bases Psicológicas para o Ensino de Ciências, Sistema Educacional Brasileiro, Filosofia e Sociologia da Educação, História e Filosofia da Ciência, Ensino de Ciências, Didática da Ciência, Estágios Supervisionados 1, 2, 3 e 4 e disciplinas de investigação, como Metodologia de Pesquisa em Educação e o próprio Trabalho de Conclusão de Curso. O curso conta, ainda, com inúmeros projetos (pesquisa e extensão) e programas institucionais assistidos pelo Ministério da Educação, como o Programa de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID) e o Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA), que atuam nas escolas públicas do Distrito Federal, aperfeiçoando a formação inicial e continuada de professores por meio de práticas participativas, dialógicas e criativas proporcionadas pela integração entre escola- universidade.

O PRODOCÊNCIA chegou ao curso de Ciências Naturais sob a ótica de extensão inserindo o licenciando de Ciências Naturais no meio escolar. Desde 2010 tem como foco tanto a promoção das práticas pedagógicas de professores inseridos na rede pública do DF e o processo de ensino-aprendizagem das ciências, tanto por meio de atividades de pesquisa como de extensão. O trabalho realizado dá-se pela Pedagogia de Projetos que segundo Freitas (2003) é baseada na resolução de problemas, de situações didáticas próximas ao seu contexto social, a partir da pesquisa e da exploração do senso crítico. Ao mesmo tempo em que o PRODOCÊNCIA fortalece a formação dos licenciandos, contribui imensamente para a formação continuada dos professores já inseridos nas escolas. Dessa forma, em virtude de suas contribuições a muitos docentes em formação (RIBEIRO *et al*, 2011), fomos impulsionados para realização desta pesquisa com estudantes participantes do PRODOCÊNCIA, entendendo a possível contribuição para futuras discussões e reformulações no curso de Licenciatura de Ciências Naturais.

Assim, este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de identificar a percepção de licenciandos do curso de Ciências Naturais da Universidade de Brasília acerca da prática pedagógica e analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso.

2. METODOLOGIA

O trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa que tem como característica o fato de enumerar um conjunto de características relativas a um objeto de estudo, empregando para isso diferentes técnicas interpretativas que descrevem e decodificam o mundo social (GODOY, 1995). O estudo realizado se dividiu em duas etapas: análise documental do Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso e aplicação de questionário aos alunos da Licenciatura em Ciências Naturais. Na primeira etapa foi feita leitura e análise do Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Ciências Naturais, particularmente sobre a prática pedagógica do curso, bem como da legislação vigente que orienta a formação de professores, em nível superior, para atuação na Educação Básica (Resolução CNE/CP 1/2002). A análise buscou identificar a compreensão de prática pedagógica presente nos documentos e, também, identificar os programas, propostas, atividades e ações previstas no PPP que se relacionam à prática pedagógica.

Na segunda etapa, desenvolvida nos anos de 2011 e 2012, foi aplicado um questionário com 17 questões (abertas e fechadas), com a finalidade de identificar as diferentes percepções acerca da prática pedagógica do curso. Participaram da pesquisa 48 alunos do curso de Ciências Naturais da UnB (diurno e noturno), intencionalmente divididos em duas categorias: participantes do Prodocência (24 – identificados como "P") e não participantes do Prodocência (24 - identificados como "p"). Na categoria participante do PRODOCÊNCIA (P), os questionários foram aplicados de maneira aleatória. Já na categoria (p) foram selecionados três licenciandos de cada semestre (1º até 8º semestre).

De modo geral, os questionários destinaram-se a recolher informações gerais sobre os alunos (idade, sexo, estado civil, formação acadêmica, ingresso, opção, trancamento de curso, nível de satisfação, participação, perspectiva docente, motivos e contribuições da participação em atividades acadêmicas e remuneração em atividades acadêmicas) e informações específicas quanto às percepções pedagógicas do curso.

A análise dos questionários foi baseada na análise de conteúdo que segundo Mozzato e Grzybovski (2011) é definida como conjunto de técnicas de análise das comunicações textuais e não textuais que tem como objetivo ultrapassar as incertezas e os dados coletados, através de procedimentos sistemáticos de transcrição do conteúdo, leituras flutuantes, categorização, inferência e interpretação dos dados coletados.

3. RESULTADOS

A apresentação dos resultados relativos à pesquisa realizada em 3 partes, a saber: a) análise da Resolução CNE/CP 1/2002; b) análise do Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Ciências Naturais da UnB; e c) identificação da percepção dos estudantes do curso acerca da prática pedagógica.

A RESOLUÇÃO CNE/CP 1/2002

Na Resolução CNE/CP 1/2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em curso de licenciatura de graduação plena, não está claro o conceito de prática pedagógica. Quanto às competências dos cursos, há indicação de que a formação de professores deverá se nortear pelo exercício profissional, de maneira coerente com a prática esperada pelo professor, em lugar similar ao que ele vai atuar, priorizando, portanto, a "consistência entre o que faz na formação e o que dele se espera".

Segundo a Resolução, cabe ainda aos cursos de formação de professores "considerar o conjunto das competências necessárias à atuação profissional" levando em conta os diferentes âmbitos da educação básica, ou seja, "a aprendizagem deverá ser orientada pelo princípio metodológico geral, que pode ser traduzido pela ação-reflexão-ação e que aponta a resolução de situações-problema como uma das estratégias didáticas privilegiadas". Para isso, cabe ao curso observar o disposto nos artigos 11, 12 e 13 da Resolução que esclarecem:

> "Os critérios de organização da matriz curricular, bem como a alocação de tempos e espaços curriculares se expressam em eixos em torno dos quais se articulam dimensões a serem contempladas" (Art. 11)

Logo:

> A prática deverá estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor.
> No interior das áreas ou das disciplinas que constituírem os componentes curriculares de formação, e não apenas nas disciplinas pedagógicas, todas terão a sua dimensão prática.
> [...] não poderá ficar reduzida a um espaço isolado, que a restrinja ao estágio, desarticulado do restante do curso. (Art. 12, § 2º§ 3º § 1º)

E deverá ser:

> [...] desenvolvida com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas, com o registro dessas observações realizadas e a resolução de situações-problema.
> A presença da prática profissional na formação do professor, que não prescinde da observação e ação direta, poderá ser enriquecida com

> tecnologias da informação, incluídos o computador e o vídeo, narrativas orais e escritas de professores, produções de alunos, situações simuladoras e estudo de casos. (Art. 13, § 1º§ 2º)

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS NATURAIS

A análise das noções de prática pedagógica presentes no Projeto Político Pedagógico do curso de Ciências Naturais da UnB centrou-se na versão de 2010 e da versão de 2012. Na análise das duas versões não foram encontradas alterações significativas referentes à prática pedagógica, no entanto foram encontradas alterações que atribuíam novos significados à pesquisa.

Em ambas as versões do PPP são apresentados objetivos e direcionamentos para a prática pedagógica oferecida no curso, o qual propõe "formar profissionais privilegiando a prática, o aprender fazendo" (p. 20); além de formar "[...] educadores capazes de investir em sua formação continuada, [...] e questionar a sua prática e de atuar dentro do ambiente escolar" (p. 21). Entretanto, o termo prática pedagógica não está claramente definido, ora se referindo ao componente curricular, ora se referindo à participação dos licenciandos em projetos e estágios.

Na versão de 2010, a prática é considerada como exercício independente e autônomo do estudante, desde o inicio do curso: "A proposta do curso é que o estudante exercite de forma crescente, desde o início do curso, a independência e a autonomia para buscar conhecimentos, por meio de pesquisas de extensão e atuação prática. Os licenciandos deverão participar de projetos de pesquisa e de extensão, desenvolvendo habilidades para trabalhar coletivamente" (p. 23).

Ambas as versões reiteram que "a prática é de central importância neste currículo, pois é aí que o estudante aprende a enfrentar situações reais e propor intervenções pedagógicas de forma planejada, utilizando conhecimentos específicos das ciências naturais e de outras ciências para lidar com a realidade. [...]" (p. 24).

Na versão de 2012 a prática pedagógica é prevista no currículo pelas disciplinas Ensino de Ciências, Didática da Ciência e os Estágios Supervisionados 1, 2, 3 e 4 bem como disciplinas de investigação como metodologia de Pesquisa em Educação e o Trabalho de Conclusão de Curso que "priorizam a relação teórico-prática e a aproximação e inserção do estudante na realidade escolar e pesquisa" (p. 40). Quanto à carga horária referente a prática, a Resolução CNE/CP 2/2002 estabelece: I -

400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso; II - 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso; III - 1800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural; IV - 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais. Na versão de 2010 e 2012 a prática pedagógica está prevista e presente em 100% das disciplinas pedagógicas, e em apenas três disciplinas de conhecimento específico: "Universo" e "Luz e Som" da Física; "Saúde e Ambiente I" da Biologia.

Em ambas as versões foram encontradas a citação para os projetos de extensão e os estágios supervisionados, objetivando criar uma rede de escolas parceiras do curso que possibilitem aos licenciados o cumprimento das horas de prática como componente curricular obedecendo à Resolução CNE/CP 2/2002.

A PERCEPÇÃO DOS LICENCIANDOS EM CIÊNCIAS NATURAIS

Em relação aos participantes da pesquisa, os alunos da graduação que participam do PRODOCÊNCIA (categoria P) é composta por 67% de alunos do turno diurno, 63% com idade entre 20 e 23 anos; 75 % do sexo feminino, 96% solteiros; nenhum tem filhos; 4% estão cursando outro curso, 96% ingressaram no curso de Licenciatura em Ciências Naturais por vestibular, 33% estão no curso por escolha, 83% estão satisfeitos com o curso (infraestrutura, matriz curricular), 80% responderam que pretendem "ser" professores, todos participam de atividades acadêmicas; 83% recebem bolsas pelas atividades desempenhadas em projetos; 70% consideram os projetos como atividade acadêmica mais importante.

Das atividades acadêmicas citadas, 84% citaram como pontos positivos a possibilidade de atuação na área docente e 40% disseram não haver pontos negativos na atividade desempenhada. Dentre os motivos que os levaram a participar das atividades acadêmicas está a possibilidade de atuação na docência.

Já categoria p, alunos que não participaram do PRODOCÊNCIA, é composta por 67% de licenciados do turno diurno, 58 % com idade entre 17 a 19 anos; também 75% do sexo feminino, 96% são solteiros; 8% tem filhos; 75% ingressaram no curso por vestibular, 29% disseram que estão no curso por escolha, 83% também estão satisfeitos com o curso (infraestrutura, matriz curricular), 8% já trancaram o curso, 38% pretendem "ser" professores, 63% participam de atividades acadêmicas; 63% recebem bolsas pelas atividades desempenhadas em projetos 63% consideram os projetos

desenvolvidos na FUP como atividade acadêmica mais importante. Em relação às atividades acadêmicas realizadas, 29% citaram como pontos positivos a possibilidade de atuação na área docente e 25% não souberam ou não citaram os pontos negativos das atividades desempenhadas. Dentre os motivos que os levaram a participar das atividades acadêmicas prevalece a intenção de adquirir mais conhecimento.

Em relação à percepção dos alunos da categoria (P) foi identificada uma noção de presença da prática pedagógica durante o curso. Segundo relatos dos alunos a prática pedagógica é privilegiada nas matérias "há muitas matérias, como didática das ciências, entre outras que nos proporcionam tais práticas"; (4º semestre, diurno participante do Prodocência desde 2011), "têm tantos projetos de ensino, disciplinas de educação e ainda quatro disciplinas de estágio" (7º semestre, diurno participante do Prodocência desde 2010).

Identificou-se, também em 3% das respostas que o curso não privilegia a prática pedagógica "não está muito interligado a teoria" (4º semestre, diurno participante do Prodocência desde 2010), "Não muito (4º semestre, diurno participante do Prodocência desde 2010). Em outros participantes identificou-se argumentos de que por ser um curso de licenciatura, a prática obviamente deve ser privilegiada "é um curso de licenciatura, então deve focar isso (7º semestre, noturno, Prodocência desde 2010). A prática pedagógica presente no curso é vista pelos alunos, concebida e estruturada, respectivamente pelas matérias pedagógicas, vinculadas à área de Educação e Linguagens, seguida das matérias, estágios e projetos.

Na percepções dos alunos da categoria (p) a prática pedagógica é privilegiada nas disciplinas: "são muitas matérias ligadas a Didática" (6º semestre, noturno), " são quatro práticas, acredito que até demais, exageradamente" (5º semestre, diurno), "temos muitas matérias [...] além das práticas" (7º semestre, noturno) e "existem projetos como o PIBID que levam o graduando para sala de aula" (7º semestre, noturno).

Cerca de 3% das respostas trouxeram outras percepções que apontam a associação da prática pedagógica com a facilidade das disciplinas cursadas e ao desempenho dos professores do curso: "as matérias são fáceis, os professores são dedicados e nos dão suporte, incentivando nosso desenvolvimento" (1º semestre, diurno); apontam o ensino, a pesquisa e a extensão como diferencial do curso frente a outras graduações: "o grande diferencial do curso é a riqueza em ensino, pesquisa e extensão, o que não ocorre em todos os cursos de graduação" (4º semestre, noturno).

Outras 3% das percepções, respectivamente apontam que o curso não privilegia a prática pedagógica "não dá muito valor a prática pedagógica" (6º semestre, noturno), "os aspectos burocráticos do cotidiano escolar não são apresentados (8º semestre, diurno)". Entre os alunos não participantes do PRODOCÊNCIA (p), os estágios são mencionados do ponto de vista quantitativo, assim são vistos como exagero ou excesso.

Os dados respectivamente também mostram em 3% das respostas que desde o primeiro semestre o licenciando de Ciências Naturais tem contato com a prática, em projetos e disciplinas [...]" "e muito! [...] desde o primeiro semestre o aluno já tem esse contato com a pedagogia e sempre há projetos nessa área" (3º semestre, diurno). Cerca de 10%, a associam à Pedagogia, que é constantemente mencionada como estruturante das disciplinas de Educação: "o curso tem muitas matérias pedagógicas" (5º semestre, diurno), "possui muitas matérias voltadas para a Pedagogia" (4º semestre, diurno), "temos muitas matérias de Pedagogia e Educação [...]" (7º semestre, noturno).

4. DISCUSSÃO

Ainda, que a pesquisa realizada não tenha sido tão diretiva e aprofundada, principalmente pelos questionários: trouxe um elemento diagnosticador sobre o (des)entendimento da prática pedagógica, prevista pela Resolução CNE/CP 1/2002 aos cursos de formação de professores; principalmente no curso de formação de professores de Ciências Naturais, que ainda tem como "questão a ser enfrentada a definição de qual é a formação necessária para que os professores possam efetivar as propostas contidas nas diretrizes curriculares" (BRASIL 2001a, p. 27).

A distribuição de carga horária em seu PPP, mostra que suas horas de prática como componente curricular estão nas disciplinas pedagógicas, conforme apontam reiteradamente os estudantes participantes deste estudo. Quanto aos projetos, o PPP esclarece que tem como "objetivo também criar uma rede de escolas parceiras do curso, que possibilitem aos licenciados o cumprimento das horas de prática como componente curricular" (p. 39) cumprindo ao estabelecido do Art. 12, da resolução analisada.

Para a definição de prática de ensino, Piconez (1991) mostra que Prática de Ensino é o Estágio Supervisionado deliberado como componente curricular no Projeto Político Pedagógico de determinada área de ensino ou disciplina do magistério. Entretanto, de acordo com Fernandes (2003), a prática como componente curricular é aquela em caráter intencional de ensino-aprendizagem, que não se reduz à didática ou a

metodologias; é aquela articulada à educação como prática social, ao conhecimento histórico e cultural, a dialética prática-teoria-prática, conteúdo-forma, sujeitos-saberes-experiências. Ou seja, a prática como componente curricular é toda intencionalidade pedagógica que se imprime ao longo do curso para potencializar a formação docente dos licenciandos. É definida, como "uma prática social orientada por objetivos, conhecimentos e finalidades e inserida no contexto da prática social" (VEIGA, 1992).

5. CONCLUSÃO

A pesquisa mostrou que prática pedagógica no curso de Ciências Naturais da Universidade de Brasília, ainda está restrita a área da Educação e Linguagem. Assim, quando da idealização e construção do PPP, a dimensão da prática pedagógica circunscreveu-se essencialmente às disciplinas pedagógicas que sustentam a formação do futuro professor. Há, entretanto, distinção entre prática de ensino e prática pedagógica. A última remete-se ao contexto social do ensinar; a outra, ao exercício, contato com o magistério.

Percebe-se que tanto nas Resoluções quanto no PPP, não houve clara definição do que se entende por prática pedagógica, permanecendo uma lacuna conceitual e metodológica que precisa ser enfrentada tanto pelo Ministério da Educação quanto pelas Instituições de Educação Superior. Decorre da interpretação da Resolução CNE/CP 1/2002 a concentração da dimensão prática nas disciplinas pedagógicas, conforme apontou a análise PPP do curso Ciências Naturais, que por sua vez refletem-se na compreensão dos licenciandos, tanto dos participantes, como dos não participantes do PRODOCÊNCIA que consideram como prática pedagógica apenas as disciplinas pedagógicas e o estágio supervisionado.

Assim, os resultados da pesquisa apontam para a importância dos momentos de discussão sobre a prática pedagógica, no curso de Licenciatura em Ciências Naturais da Universidade de Brasília.

A pesquisa também poderá contribuir para elaboração/construção de futuras propostas curriculares (PPPs) de outros cursos de Licenciatura em Ciências Naturais a serem implantados no Brasil.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEVATO, H. M. R. Qualidade: um mito pós-moderno. In: TEVES, N. & RANGEL, M. (orgs). Representação social e educação: tema e enfoques contemporâneos de pesquisa. São Paulo: Papirus, 1999.

ALTET, M. Análise das práticas dos professores e das situações pedagógicas. Portugal: Porto, 2000.

AZZI, S. Trabalho docente: autonomia didática e construção do saber pedagógico. In: PIMENTA, S. G. (org.).Saberes pedagógicos e atividade docente. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 35-60.

BRASIL. Lei 4.024 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília-DF, 1961.

_____. Lei 5.692 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília-DF, 1971.

_____. Portaria n. 399, de 25 de maio de 1989. Documento 343, Brasília-DF, 1989.

_____. Lei 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília-DF 1996.

_____. RESOLUÇÃO CNE/CP 01/2002. Disponível em: <http:// portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP012002.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2011.

_____. RESOLUÇÃO CNE/CP 02/1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB02_97.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. PARECER CNE/CP 028/2001. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. RESOLUÇÃO CNE/CP 2/2002. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. RESOLUÇÃO CNE/CP 9/2001a. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2012.

_____. DECRETO 3.810/32. Organização do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Prefeitura do Distrito Federal: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 1932.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: INEP: IDEB. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=189023>. Acesso em: 12 mar. 2011.

_____. DECRETO 27, de 12 de março de 1890. In: Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Tomo I - 1889-1891. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo, 1909.

_____. LEI DE 15 DE OUTUBRO DE 1827. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827 – Primeira parte. Tipografia Nacional. Rio de Janeiro, 1878.

COMENIUS, J.A. Disponível em: > http://www.conteudoescola.com.br/site/content/view/85/39/1/1/>. Acesso em: 10 mar. 2011.

CHARLOT, B. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. São Paulo: Artmed, 2000.

DEVEY. Disponível em: <http://www.citador.pt/frases/aprender-certamente-mas-primeiro-viver-e-apren-john-dewey-9748>. Acesso em: 12 fev. 2013.

DOURADO, L. F. et al. A qualidade da Educação: conceitos e definições. II Reunião do Fórum Hemisfério Educacional de Qualidade da Educação. Cúpula das Américas. 2005

FERNANDES, C.M.B. Prática Pedagógica. In: MOROSINI et al. Enciclopédia de Pedagogia Universitária. FAPERGS/RIES. Porto Alegre, 2003.

FREITAS, K. S. et. al. Pedagogia de Projetos. GERIR, Salvador, v.9, n.29, p.17-37. 2003.

GODOY, A. S. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades, Revista de Administração de Empresas, v.35, n.2, p. 57-63. 1965.

HOBSBAWM, E. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1989. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KRASILCHIK, M. O professor e o currículo das ciências. São Paulo: EPU/EDUSP, 1987.

LEAL, R. B. L. A discussão contemporânea do saber-fazer do professor. Universidade de Fortaleza. Programa de Capacitação e Atualização Pedagógica Permanente para Docentes da UNIFOR. Curso: A didática do ensino superior. Mimeo, 2004.

MACHADO, N. J. Qualidade na Educação: as armadilhas do obvio. In: MANTOAN, M. T. E. Pensando e fazendo educação de qualidade. Moderna. São Paulo, 2001.

MAGALHÃES JÚNIOR, C. A. DE O; PIETROCOLA, M. Atuação de Professores Formados em Licenciatura Plena em Ciências. Revista de Educação em Ciência e Tecnologia,. v.4, n.1, p.175-198, mai, 2011

MOZZATO, A.R; GRZYBOVSKI. D; Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. ANPAD. RAC, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul./ago, 2011.

NUNES, C. M. F. Saberes docentes e formação de professores: um breve panorama da pesquisa brasileira. Educação e Sociedade. v. 22, n. 74, p. 27-42, São Paulo, 2001.

NETO, A.S; MACIEL, L.S.B. A Importância da pesquisa para a prática pedagógica dos professores que atuam na educação superior brasileira: algumas discussões iniciais. Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Administração. v. 1, n.1. p. 04-23, mai, 2009.

NOVOA, A. Desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo. SINPRO-SP. p. 14. São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, S. P. S; REIS, M. S. A. Qualidade da Educação: foco de análise a formação, atuação e considerações de trabalho do professor. XXIII Congresso de Educação no Sudoeste Goiano. UFG. Jataí, 2007.

PICONEZ, E. A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado. 12ª edição. São Paulo: Papirus, 2006

PIMENTA, S.G. Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 1999.

_____; GHEDIM, E. Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2005.

PISA. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/11/ranking-de-qualidade-da-educacao-coloca-brasil-em-penultimo-lugar.html>. Acesso em: 12 jan. 2013.

PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO DAS LICENCIATURAS- Prodocência- Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educaçãobásica/prodocencia>. Acesso em: 24 jun. 2011.

RIBEIRO, A. M. et al. Formação docente e ensino de ciências naturais. In FERNANDES.M. L. B. org. *Trajetórias das Licenciaturas da UnB: a experiência do PRODOCÊNCIA em foco.* Brasília, Universidade de Brasília: Decanato de Graduação. 2011, p.107-132.

SAVANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Educação, v.14, n.40, jan./abr, 2009.

SCHEIBE, L. O projeto de profissionalização docente no contexto da reforma educacional iniciada nos anos 1990. Editora UFPR. Educar, Curitiba, n. 24, p. 177-93, 2004.

SILVA, M.H.G.F. Sabedoria docente: Repensando a prática pedagógica. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 89, p. 39-47, 1994.

TANURI, L.M. História da formação de professores. Revista Brasileira de Educação. p.61-88, n.14, mai/jun/jul/ago, 2000.

TELES. F.P; IBIAPINA, I.M.L.M. Prática pedagógica na Educação Infantil: breve panorama histórico. Revista das Linguagens Códigos e Sociedades. a. 15, n. 22, jan/jun, 2010.

UNESCO. Proyetcto Regional de Indicadores Educativos. Alcanzando las metas educativas: Informe Regional. Santiago de Chile, 2003.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Ciências Naturais. Brasília, 2010.

_____: Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Ciências Naturais. Brasília, 2012.

VEIGA, I. P. A prática pedagógica do professor de Didática. Papirus. Campinas, 1992.

VEIGA, I. P. A. A profissionalização docente: uma construção histórica e ética. In: VEIGA, I. P. A; ARAÚJO, J. C. S; KAPUZINIAK, C. Docência: uma construção ético-profissional. São Paulo: Papirus, 2005.

ZABALZA, M. A. Qualidade em educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ANEXO

QUESTIONÁRIO

Questionário aplicado, pela graduanda Aline Criçula Bocki. Para fins de pesquisa, com os alunos do curso de ***Licenciatura em Ciências Naturais ____semestre ( ) diurno ( ) noturno da Faculdade UnB Planaltina****. Participante do PRODOCENCIA:* ***SIM ( )*** *desde____.* ***NÂO ( )*** *Sob orientação da Profa. Dra. Maria de Lourdes Lazzari de Freitas e da Profa. Dra. Cynthia Bisinoto E. de Oliveira.*

1- Dados Pessoais:
Idade: ____anos
Sexo: ( ) Feminino ( )Masculino

2- Estado Civil:
A)( )Solteiro/o
B)( )Noivo/a
C)( )Casada/o
C)( )Companheira/o ou união estável
D)( )Separada/o ou Divorciada/o
E)( )Viúva/o

3- Você tem filhos? Quantos?

4- Você possui ou está cursando outro curso de graduação, pós- graduação (Mestrado, Doutorado) ou Especialização? Em caso afirmativo, cite o nome do curso, a habilitação, o ano de ingresso e a instituição.

5- De que forma você entrou no curso de *Licenciatura em Ciências Naturais***?**
A)( )PAS
B)( )Vestibular
C)( ) ENEM
D)( )Transferência
E)( )Transferência ex -ofício *(garantida por Lei)*

6- Cursar *Licenciatura em Ciências Naturais* **foi uma "escolha" ou uma "opção"? No caso de "opção", que curso pretendia cursar? Justifique.**

7- Você está satisfeito com o curso? Justifique.

8- Você acha que o curso privilegia a prática pedagógica? Justifique.

9- Você já trancou sua matrícula? Quantas vezes e qual(ais) foi(ram) o(s) motivo(s)?

10- O que é ser professor, para você?

11- Sabendo que muitos entram no curso de licenciatura, poucos se formam e que uma parcela exerce a profissão. Qual a sua "perspectiva" neste contexto? Você pretende"SER" professor? Justifique.

12- Você participa ou já participou de alguma atividade acadêmica?
(Exemplo: monitoria, projeto de extensão, estágio etc)
A)( ) Sim, já participei e ainda estou participando.
B)( ) Sim, mas não estou mais participando.
C)( ) Não, ainda não participo mas pretendo participar.
D)( ) Não, não gosto de nenhuma atividade acadêmica, por isso não participo e não pretendo participar.
E)( ) *Não se aplica*

13- De quantas atividades acadêmicas, você participa atualmente?
A)( ) 1
B)( ) 2
C)( ) 3
D)( ) mais que 4
E)( ) *Não se aplica*

14- Qual delas é remunerada?
A)( ) Monitoria
B)( ) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)
C)( ) Estágio
D)( ) Projeto de Extensão: _____
(Exemplo: PRODOCENCIA, PIBID, Escola nas Estrelas etc)

E)( )Programa de Educação Tutorial (PET)
F)( ) *Não se aplica*

15- Qual foi à atividade acadêmica mais importante para você? E o que ela te proporcionou? Justifique.

16- Qual, ou quais foram os pontos positivos e negativos da atividade acadêmica descrita na questão anterior?

17- Qual(ais) o(s) motivo(s), que te a levou(ram) a participar desta atividade acadêmica?